

ACM Neto rejeita apoio de Bolsonaro para eleição de 2020

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que não quer o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para eleger o seu sucessor na eleição do próximo ano. Para o democrata, o pleito é municipal e deve ser "tratado exclusivamente pelos atores municipais". "Eleição municipal é municipal. Em 2008, 2012, 2016, em momento nenhum eu nacionalizei a campanha. Pelo contrário, em 2012, eu me elegi dizendo que Salvador tinha que escolher um prefeito e não um presidente. Naque-

la época, tinha o discurso de que o prefeito tinha que ser do mesmo partido do governador e do presidente. Chance zero (de querer apoio do presidente). Eu não quero nenhuma participação de nenhuma liderança nacional na eleição municipal. Não é a do presidente não para não ficar parecendo que é contra o presidente. (Não quero o apoio) nem dele nem de ninguém. A eleição é municipal e vai ser tratada exclusivamente pelos atores municipais", afirmou o prefeito.

Levantamento do Instituto Paraná Pesquisas divulgado no final de agosto mostrou que 36,8% dos eleitores de Salvador ficam desestimulados a votar em um candidato

apoiado por Bolsonaro. Já 40,8%, disseram que o aval do presidente não interferiria na vontade de votar, e 18,6% dos eleitores declararam que apoiariam o candidato de Bolsonaro.

ACM Neto também comentou ontem a pesquisa Datafolha que aponta queda de popularidade do chefe do Palácio do Planal-

NETO DIZ

Que a eleição é municipal e vai ser tratada exclusivamente pelos atores municipais

O PREFEITO de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que não quer o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para eleger o seu sucessor na eleição do próximo ano



to. Para ele, a população tem mandado um recado o presidente. "Essa pergunta tem que ser feita a ele e não para mim. (...) Acho que, de certa forma, não deixa de ser um recado para o governo. A gente está vendo uma queda de popularidade relativamente rápida. Espero que possa ser revertida. Espero que o governo volte a ter uma tendência de readquirir a confiança das pessoas. Agora, cabe ao governo e ao presidente da República considerar isso ou não.

Particularmente, eu faço minhas pesquisas de avaliação administrativa para sempre ver como estão as coisas, para ver o que a gente pode melhorar. Mas cada um tem uma forma de ver. Agora, comentar eu não vou porque não comento as (pesquisas) daqui e muito menos as de lá", pontuou.

A pesquisa Datafolha aponta a erosão da popularidade de Bolsonaro em pouco menos de dois meses. A reprovação do presidente subiu de 33%

para 38% em relação ao levantamento anterior do instituto, feito no início de julho, e diversos indicadores apontam uma deterioração de sua imagem. Já aprovação de Bolsonaro caiu, dentro do limite da margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou menos, de 33% em julho para 29% agora. A avaliação do governo como regular ficou estável, passando de 31% para 30%.

O prefeito ACM Neto ainda voltou a negar a possibilidade de uma fusão do seu partido com o PSDB ou/ PSD. "Não. Essa decisão é inteiramente descartável. Não há nenhuma variável que possa ser considerada. Isso está descartado. Estou trabalhando e muito para fortalecer o partido. Sábado agora estive na Paraíba e no Piauí para filiar prefeitos, lideranças importantes. Esse é o nosso caminho e a nossa linha de trabalho. O Democratas entende que hoje tem um tamanho que é maior do que, inclusive, o PSDB e PSD sem nenhum demérito aos outros dois partidos. Mas não cogitamos, neste momento, qualquer tipo de fusão de partido", declarou.

SESSÃO CONTURBADA

AL-BA aprova empréstimo de R\$ 160 mi para governo Rui



DEPUTADOS aprovaram o pedido de autorização de empréstimo de US\$ 40 mi – cerca de R\$ 160 mi

Sob críticas da oposição, o pedido de autorização de empréstimo de 40 milhões de dólares – cerca de R\$ 160 milhões – com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o governo de Rui Costa (PT) foi aprovado, ontem, pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). O recurso, de acordo com o governo, é para o financiamento do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal (Profisco II/BA).

Líder da minoria, Targino Machado (DEM) afirmou que o empréstimo vai prejudicar as contas do governo. "Nós entendemos que essa operação de

crédito pode ser ainda mais danosa para as contas do Estado, que estão desequilibradas por conta da ineficiência do governo. A maquiagem feita pelo governador nos últimos anos já começou a desaparecer. Um relatório publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional já aponta para problemas na gestão fiscal da Bahia. O déficit orçamentário na Bahia quadruplicou no primeiro mandato do governador Rui Costa (saiu de R\$ 200 milhões em 2015 para cerca de R\$ 900 milhões em 2018). É o déficit Tamanho G", criticou o democrata.

Líder do governo,

Rosemberg Pinto (PT) argumentou que o empréstimo tem o objetivo de "melhorar" a capacidade de "execução fiscal, garantindo uma melhor arrecadação para o Estado, União e municípios". "(O Profisco) é um grande programa e a Assembleia Legislativa precisa autorizar o governo do Estado a pleiteá-lo, como todos os outros estados estão fazendo", afirmou. A aprovação do empréstimo ocorreu após acordo entre bancadas de oposição e do governo.

Para destravar a pauta, Rosemberg negociou a aprovação de dois projetos da oposição. Um do deputado estadual Tiago

Correia (PSDB) que proíbe o funcionamento de cursos de nível médio, técnico e superior voltados à formação de profissionais da área de saúde cuja carga horária de ensino à distância (EAD) seja superior a 20% da totalidade do curso. Caso seja sancionada pelo governador, a lei determina um prazo de 180 dias para adequação das instituições de ensino. O outro de Targino Machado que obriga farmácias e drogarias do Estado a manterem recipientes destinados à coleta de medicamentos e cosméticos vencidos, como também insumos farmacêuticos. (RDS)

Éden Valadares reforça discurso por unidade em disputa pelo PT baiano

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

Candidato à presidência do PT na Bahia, o assessor do senador Jaques Wagner, Éden Valadares, disse, ontem, que viu com bons olhos o acordo por unidade feito pelos seus concorrentes, Elen Coutinho e o deputado estadual Jacó. A reunião ocorreu nesta segunda-feira (02), sem a presença de Éden, que também prega o afunilamento no processo eleitoral.

"Unificar o PT é um objetivo da nossa chapa e

do senador Wagner. A tese da renovação do PT já é uma realidade. Te digo com muita humildade: a renovação já é a agenda vitoriosa nesse PED. Estamos redemocratizando o PT, com transparência e muito diálogo. E nesse programa todos e todas são bem-vindos. Neste sentido, vi com bons olhos a iniciativa de Jacó e Elen. Todo esforço que caminhar para a unidade partidária com o objetivo de renovar, oxigenar e inovar o PT, é válido. Estamos felizes com a percepção de que essa agenda da renovação pode unificar o partido", avaliou.

Para a composição, Elen e Jacó, bem como os demais petistas presentes, indicaram algumas "condições mínimas", como o estabelecimento de calendário fixo de reuniões do

APROVAÇÃO

Eden Valadares disse ter visto "com bons olhos" o acordo por unidade feito pelos seus concorrentes



diretório estadual (a atual gestão realizou apenas duas em dois anos), a criação de um conselho político com a participação

dos movimentos sociais, o respeito a autonomia dos diretórios municipais, a construção conjunta para definição de tática eleitoral

ÉDEN VALADARES disse ter visto com bons olhos o acordo por unidade feito pelos seus concorrentes

em 2020, e a melhoria dos "instrumentos de controle, acompanhamento e transparência das finanças partidária". Ao todo, o documento elenca 20 compromissos.

A eleição para a direção estadual do PT não é direta. Os filiados votarão no dia 8 de setembro para a eleição de delegados estaduais. Os grupos políticos terão a quantidade de delegados proporcionais ao número de votos que receberam. No Congresso do partido, em outubro, a candidatura que tiver o apoio de maior número de delegados se eleger para dirigir o partido por um mandato de quatro anos.

Vereadores discutirão vetos com a Procuradoria do município

Foto: Valdemiro Lopes



GERALDO JÚNIOR conduziu uma reunião do Colégio de Líderes para discutir os 12 vetos do Executivo que travam a pauta de votações

DA REDAÇÃO

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Geraldo Júnior (SD), conduziu, na manhã de ontem, no Salão Nobre, uma reunião do Colégio de Líderes para discutir os 12 vetos do Executivo que sobrestam a pauta e travam as votações no plenário da Casa. Ficou marcado um encontro na Câmara, entre os vereadores autores das matérias vetadas e a procuradora do Município, Luciana Harth, para que os vetos sejam explicados. A expectativa, segundo Geraldo Júnior, é que as proposições sejam levadas para apreciação em plenário ainda na sessão ordinária da tarde desta quarta-feira. Em princípio, o encontro seria na tarde desta terça-feira, posteriormente,

te, marcou-se para às 10 horas desta quarta-feira, 4.

Os líderes deliberaram ainda que, na próxima semana, deverá entrar na pauta de votação o projeto que prevê a institucionalização da emenda impositiva no Orçamento do Município. Dos vereadores presentes, apenas o líder do Governo, Paulo Magalhães Júnior (PV), se posicionou de forma contrária.

PROJETOS - A Câmara Municipal de Salvador promoveu na tarde de ontem, no Salão Nobre, uma atividade para apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 04/19, de autoria do Executivo, que visa reestruturar a Controladoria Geral do Município, instituindo o Programa Integrido de Residências em Saúde e o Programa Nossos Talentos. O evento

mediado pelo presidente Geraldo Júnior (SD) contou com explanações dos secretários Leo Prates (Saúde) e Thiago Dantas (Gestão).

A matéria tramita na Casa em regime de urgência. "Deliberei com os vereadores para que votassem este projeto em regime de urgência, no entendimento que estas são propostas emergenciais para o Município", disse Geraldo Júnior. Dentre as proposições apresentadas versam a maior participação no atendimento animal, vinculadas à recém-criada diretoria municipal. "A ideia é causar impacto positivo na vida das pessoas e promover o bem-estar animal", frisou Leo Prates.

O projeto ainda trata do incentivo a residências em saúde, criando novos postos de trabalho e reajustando a

remuneração dos médicos em até R\$ 6 mil. Segundo o secretário, a área prioritária será o Subúrbio Ferroviária, por conta da vulnerabilidade social. Também consta no programa gratificação de R\$ 550 para servidores do Grupamento Operacional Especializado (GOE) da Guarda Civil Municipal e do Grupo de Ações Rápidas de Trânsito (GART) Transalvador.

Na ocasião, vereadores e vereadoras puderam esclarecer dúvidas com os secretários. Questionamentos relacionados à contratação de pessoal fez com que Thiago Dantas retirasse da pauta o Nossos Talentos, programa que tem o objetivo de efetivar 44 estagiários em cargos comissionados. "Vamos reapresentar o projeto", afirmou o titular da pasta.